

NORMATIVIDADE E ÉTICA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA: UM DEBATE SOBRE A CONDIÇÃO ATUAL DAS PRÁTICAS RELACIONADAS ÀS TESES E DISSERTAÇÕES

Bruna Carla Muniz Cajé¹

¹Doutoranda pelo programa de pós-graduação em Ciência de Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e Bibliotecária da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, orcid.org/0000-0002-5274-7697, brunacaje@hotmail.com

Resumo: Propõe trabalhar a relação entre discursos sobre ética, os padrões de normatividade (como regimentos, leis, decretos) e o posicionamento de autores (mestrandos e doutorandos) e instituições federais de ensino superior (IFES) diante do desafio de divulgação de informações científico-tecnológicas presentes e/ou produzidas como resultado das pesquisas desenvolvidas durante os cursos de pós-graduação, doutorado e mestrado, nas teses e dissertações. Para cumprir com o objetivo proposto, pretende-se expor os atos normativos (leis, portarias e projetos de leis) sobre a divulgação e acesso às informações técnico-científicas, com destaque para a Portaria nº 13, da CAPES, que institui a divulgação digital das teses e dissertações, apresentar a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), principal iniciativa atual para a divulgação desses documentos; bem como, refletir acerca das mudanças nos padrões de produção do conhecimento científico-tecnológico e do fazer científico, além dos dilemas éticos enfrentados para a divulgação desse conhecimento, a partir das teorias de Bourdieu (1983, 2004), Kuhn (2000), Garcia e Martins (2008), Lander (2006), Baumgarten (2004). O conhecimento produzido como resultado final das pesquisas desenvolvidas retrata como os futuros pesquisadores estão sendo formados e conduzidos na elaboração de seus trabalhos, base pela qual será construída a sua trajetória profissional, espelhando a responsabilidade com a formação do futuro docente/ou pesquisador. A divulgação das teses e dissertações é absolutamente indispensável, pois através delas, é possível acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos programas de pós-graduação, bem como verificar os rumos da ciência, tecnologia e inovação. Entretanto, a divulgação desses documentos enfrenta alguns desafios, sejam os relativos a problemas institucionais, sejam os referentes à nova lógica de mercado que rege a produção de conhecimentos científico-tecnológicos, dessa forma o resultado de muitas pesquisas não são divulgados por apresentar sigilo industrial ou comercial, visando pedidos de patentes ou a obtenção de lucros, entre outros. Essas dificuldades devem-se, em grande parte, a nova lógica que rege o fazer científico. Na atualidade, a ciência abandonou sua lógica clássica, de ciência desinteressada, passando a articular-se com a indústria e o comércio.

Palavras-chave: Comunicação científica; Epistemologia; Normatividade; Ética; Teses e Dissertações.

Abstract: It proposes to work on the relationship between discourses on ethics, norms of normativity (such as regiments, laws, decrees) and the positioning of authors (masters and doctoral students) and federal higher education institutions (IFES) in face of the challenge of disseminating scientific and technological information Present and / or produced as a result of the researches developed during the postgraduate, doctoral and masters courses, in theses and dissertations. In order to comply with the proposed objective, it is intended to expose the normative acts (laws, ordinances and draft laws) on the dissemination and access to technical-scientific information, especially the Administrative Rule 13 of CAPES, which establishes the disclosure Digital theses and dissertations, present the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), main current initiative for the dissemination of these documents; As well as reflect on the changes in the patterns of production of scientific-technological knowledge and scientific making, as well as the ethical dilemmas faced for the dissemination of this knowledge, based on the theories of Bourdieu (1983, 2004), Garcia & Martins (2008), Lander (2006), Baumgarten (2004). The knowledge produced as the final result of the researches developed portrays how the future researchers are being trained and conducted in the elaboration of their works, based on which their professional trajectory will be built, mirroring the responsibility with the formation of the future teacher / researcher. The dissemination of theses and dissertations is absolutely indispensable, because through them, it is possible to follow the academic development of the graduate programs, as well as to verify the directions of science, technology and innovation. However, the disclosure of these documents faces some challenges, whether related to institutional problems, or those referring to the new market logic that governs the production of scientific-technological knowledge, so the result of many researches are not divulged because they show industrial or commercial secrecy, seeking patent applications or obtaining profits, among others. These difficulties are due in large part to the new logic that governs the scientific doing. At present, science has abandoned its classical logic, of disinterested science, beginning to articulate with industry and commerce.

Key-words: Scientific communication; Epistemology; Normativity; Ethic; Theses and Dissertations.

INTRODUÇÃO

As teses e dissertações são originadas como produto dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado. As teses e dissertações enquanto registros de experimentos científicos são um testemunho escrito, produto de um indivíduo, criados com um objetivo específico, referendando e consequentemente garantindo a entrada de um indivíduo como membro em uma determinada “comunidade científica” após a aprovação por seus pares e visam capacitar professores para o ensino superior, além de formar pesquisadores e/ou profissionais de alta qualidade em vários níveis. Portanto, são documentos que fundamentam o fato histórico – científico, e por não contarem com um sistema de publicação comercial são consideradas como um tipo de literatura cinzenta ou não convencional.

A divulgação das teses e dissertações é absolutamente indispensável, pois através delas, é possível acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos programas de pós-graduação, verificar os rumos da ciência, tecnologia e inovação. Portanto, constitui o núcleo de produção científica que alimenta o sistema educacional e de pesquisa, fornecendo indicadores para gestão das políticas, avaliação dos programas, melhor investimento das agências de fomento, estudos de comunicação científica, entre outros.

Entretanto, a divulgação desses documentos enfrenta alguns desafios, sejam os relativos a problemas institucionais, tais como: falta de recursos materiais e humanos, desconhecimento da importância do processo e dos atos normativos que o regem etc.; sejam os referentes à nova lógica de mercado que rege a produção de conhecimentos científico-tecnológicos, dessa forma o resultado de muitas pesquisas não são divulgados por apresentar sigilo industrial ou comercial, visando pedidos de patentes ou a obtenção de lucros, etc.

Este artigo tem por objetivo abordar a relação entre os padrões de normatividade e os dilemas éticos da divulgação das informações científico-tecnológicas, mais especificamente, as informações apresentadas como resultado das pesquisas desenvolvidas durante os cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas teses e dissertações.

Para cumprir com o objetivo proposto, o artigo divide-se nas seguintes seções: na segunda seção, expõem-se os atos normativos sobre a divulgação e acesso às informações técnico-científicas, com destaque para a Portaria nº 13, da CAPES, que institui a divulgação digital das teses e dissertações, ainda nessa seção, apresenta-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), principal iniciativa atual para a divulgação desses documentos; na terceira seção, encontra-se uma reflexão acerca das mudanças nos padrões de produção do conhecimento científico-tecnológico e do fazer científico, bem como, os dilemas éticos enfrentados para a divulgação desse conhecimento; e, por fim, na quarta seção, as considerações finais.

A NORMATIVIDADE DAS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO

As primeiras iniciativas, ainda que isoladas, para controle e divulgação de teses e dissertações iniciaram, no final da década de 1960, após a regulamentação e implementação dos cursos de pós-graduação no Brasil, com tentativas de elaboração de catálogos e bibliografias. Entretanto, não existia nenhuma normativa que regulamentasse esse processo (CAMPELLO & CALDEIRA, 1977).

O primeiro ato normativo a tratar do assunto foi a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos, da CAPES. Essa portaria foi desenvolvida levando em consideração as manifestações do Conselho Técnico-Científico em 2005, “indicando que a produção científica discente é um relevante indicador da qualidade dos programas de mestrado e doutorado, não aferível apenas através da publicação seletiva nos periódicos especializados [...]” (BRASIL, 2006).

O artigo 1º da portaria determina um prazo até 31 de dezembro de 2006 aos programas de mestrado e doutorado para instalação e manutenção de arquivos digitais acessíveis ao público através da internet que permitissem a divulgação das teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006. Determina, ainda, que os programas de pós-graduação passem a exigir de seus alunos a entrega das teses e dissertações em formato eletrônico, bem como, a cópia impressa. Esse artigo determina, também, que caso o programa não disponha de sítio próprio, a divulgação das teses e dissertações poderá ser realizada através de publicação em sítio digital indicado pela CAPES. É importante destacar que a Portaria determina que seja entregue uma cópia impressa das teses e dissertações, sem definir, no entanto, o local onde as mesmas devem ser recebidas e armazenadas (BRASIL, 2006).

O artigo 2º trata da avaliação dos programas de pós-graduação e ordena que a ausência de depósito de alguma obra deve ser justificada, quando do envio de relatórios para avaliação e acompanhamento do programa, desde que a mesma seja “motivada pela proteção de sigilo industrial ou ético” (BRASIL, 2006).

O artigo 3º aborda o acesso às teses e dissertações, e regulamenta que, para fins de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação, “serão ponderados o volume e a qualidade das teses e dissertações publicadas, além de dados confiáveis sobre a acessibilidade e possibilidade de *download*” (BRASIL, 2006).

No artigo 4º está disposto que uma lista dos arquivos, ordenada por área do conhecimento, será divulgada pela CAPES em seu sítio digital (BRASIL, 2006). A CAPES possui, em seu site, como um de seus serviços o Banco de Teses, parte do Portal de Periódicos da CAPES/MEC, que objetiva simplificar o acesso a teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação brasileiros. O Banco de Teses disponibiliza ferramenta de busca, que permite pesquisa por título, autor ou palavra-chave, e consulta a resumos de teses e dissertações defendidas a partir de 1987.

O artigo 5º discorre sobre a obrigatoriedade da divulgação de teses e dissertações, determinando que trabalhos financiados com verba pública, sejam através de bolsas de estudo ou por auxílios concedidos ao Programa, torna obrigatório ao mestre ou doutor a apresentação dos mesmos aos membros da sociedade que proporcionou sua realização. No entanto, a Portaria não apresenta como deve ser realizada a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso (BRASIL, 2006).

A Portaria nº 13 aborda a divulgação e o acesso às teses e dissertações, entretanto, não trata da preservação e salvaguarda das mesmas, pressupostos para acesso ao material.

Em relação ao destino e preservação das teses e dissertações impressas, destaca-se a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, que institui os prazos de guarda dos documentos produzidos pelas IFES, aprovada pela Portaria nº 092/2011, de 23 de setembro de 2011, a qual determina que as teses e dissertações são documentos de guarda permanente, e portanto, não devem ser descartados. Mais recentemente a Portaria MEC nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, determina que esta Tabela é de uso obrigatório nas IFES.

Ainda sobre a divulgação e acesso às informações e conhecimentos produzidos nas instituições de ensino superior, assim como as teses e dissertações, destaca-se o projeto de lei nº 1120/2007, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências, obrigando que as instituições públicas de ensino superior construam repositórios institucionais para depósito da produção técnico-científica do corpo discente e docente. Esse projeto de lei foi arquivado em 2011 e o autor, Rodrigo Rollemberg, apresentou novo projeto de lei do Senado nº 387/2011, com ajustes e inclusões de parágrafos ao texto original de 2007. O novo projeto de lei foi aprovado, em 19 de junho de 2013, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e está, atualmente, em tramitação.

Atualmente, destaca-se, como principal iniciativa para divulgação das teses e dissertações brasileiras, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), uma iniciativa do IBICT em colaboração com instituições de ensino superior e pesquisa brasileira, que visa integrar os sistemas de informação de teses e dissertações dessas instituições. A BDTD tem por objetivo estimular a publicação e o registro das teses e dissertações brasileiras em meio eletrônico, bem como, promover a visibilidade da produção acadêmica e científica nacional. A BDTD foi desenvolvida no âmbito do programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), tal projeto objetiva integrar em um único portal os mais significativos repositórios de informação digital, permitindo consultas simultâneas e unificadas aos conteúdos informacionais destes acervos (IBICT, 2009).

DILEMAS ÉTICOS DA DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO

Nas últimas décadas do século XX, o campo acadêmico, sobretudo a investigação científica, tem apresentado características dos campos comercial e empresarial. Como isso, tem-se observado o aumento de resultados de pesquisa não divulgados por apresentar sigilo industrial. “Embora não haja dados sobre a extensão do fenômeno, tornaram-se comuns as «teses sob embargo», teses defendidas sem público e cujo conteúdo é propriedade da entidade financiadora da investigação, sendo inclusive desconhecidos os seus títulos” (GARCIA & MARTINS, 2008, p. 1).

O estreitamento das relações entre universidades e indústrias, que iniciou-se nos EUA, propiciou o aumento da influência dos interesses industriais e comerciais na investigação científica. Entretanto, apesar dessa influência, em alguns casos, ocorrer de forma agressiva, nem sempre ela é rejeitada.

Isto por duas ordens de razões. Uma, de cariz ideológico, leva os cientistas a verem na aplicação industrial da sua disciplina um sinal da maturidade desta, encarando a ligação à indústria como um objetivo nobre. Outra, de ordem pragmática, revela-se na necessidade

que os cientistas têm de manter com a indústria um vínculo para dela receberem fundos para poderem desenvolver a investigação (GARCIA & MARTINS, 2008, p. 2).

A ciência passou a ser considerada como componente central para as estratégias políticas e econômicas dos Estados, na Alemanha nazista, na extinta URSS e nos EUA, a partir da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a partir da década de 1980, intensificou-se a relação entre ciência, tecnologia, economia e política.

Com os desenvolvimentos das últimas décadas do século XX, passou o estreito vínculo entre indústria e tecnologia a influenciar a produção de conhecimento científico, alimentando um novo esquema indústria-tecnologia-ciência. [...]. Neste ambiente, as instituições e entidades envolvidas na competição econômica ficam sujeitas a reestruturações na sua dimensão, racionalização, objetivos e ligação com o mercado (GARCIA & MARTINS, 2008, p. 3).

Bourdieu (2004) destaca que entre os usos sociais atribuídos à ciência, o mais esquecido é aquele referente ao uso da ciência a favor do desenvolvimento científico, “aquele que consiste em colocar a ciência, mais especificamente, a ciência da ciência, a serviço da ciência, do progresso desta” (p.43). Para Bourdieu (1983),

Uma autêntica ciência da ciência só pode constituir-se com a condição de recusar radicalmente a oposição abstrata [...] entre uma análise imanente ou interna, que caberia mais propriamente à epistemologia e que restituiria a lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas e, uma análise externa, que relacionaria esses problemas às condições sociais de seu aparecimento; [...] (p. 5).

Bourdieu (2004) define campo científico como espaço de luta concorrencial entre cientistas pelo monopólio da autoridade e da competência científica. Aponta que o financiamento dos campos científicos pelo Estado é um de seus paradoxos, pois possibilita sua autonomia ao mesmo tempo que cria uma forma de dependência, propiciando uma autonomia relativa dos campos científicos, uma vez que tal financiamento é “capaz de sustentar e de tornar possível uma produção que não está submetida à sanção imediata do mercado”.

Para Garcia & Martins (2008), “a importância concedida à liberdade de investigação, [...], começa a resvalar para uma concepção que deve ser antes designada por «autorregulação pelo mercado»” (p. 11). Acrescentam que “o assédio à independência e liberdade científicas toma mesmo a forma de amedrontamento, através da não aprovação de projetos, da ausência de promoções e do não financiamento científico”. Completam, apontando que fator que “sustenta uma posição crítica relativamente ao aprofundamento da relação entre o mundo universitário, o tecnológico e o industrial prende-se com o modo como esta relação torna os mecanismos reguladores do Estado permeáveis à esfera comercial”.

Baumgarten (2004) aponta que “o cientista atual não controla os meios de produção científica, que são, em geral, propriedade de organizações públicas ou privadas, dirigidas por interesses que ultrapassam aqueles específicos da ciência” (p. 108-109). Acrescenta que, a interdisciplinariedade e a heterogeneidade institucional caracterizam o processo de produção do conhecimento na atualidade. Para a autora, a falta de recursos nas instituições públicas de ensino superior propiciou uma constante busca por alternativas para o financiamento de pesquisas.

A opção de uma política educacional privatizante [...], aliada à ênfase conferida à pesquisa tecnológica em termos de destinação de recursos moldaram uma das características fundamentais da pesquisa universitária brasileira: o financiamento (primordialmente) com recursos externos à universidade (BAUMGARTEN, 2004, p. 117).

Grandes transformações na cultura acadêmica e na ética científica foram provocadas pela relação, cada vez mais estreita, entre ciência e indústria e pela troca do financiamento público pelo corporativo. Com isso, as universidades tornam-se cada vez mais dependentes de patrocínios empresariais para o desenvolvimento de suas investigações científicas, assim como as empresas passaram a apoiar-se cada vez mais na investigação científica no desenvolvimento de seus produtos comerciais. Inicialmente, os pesquisadores que vincularam-se a pesquisas privadas relacionados com seus campos científicos foram criticados por seus pares, que acreditavam na existência de conflitos entre a busca desinteressada pela verdade e a busca por resultados rentáveis. “Com o tempo, os limites do que se considerava eticamente aceitáveis foram flexibilizando-se” (LANDER, 2006, p. 60, *tradução nossa*).

Para Garcia & Martins (2008), as normas mertonianas, apesar da autoridade moral e do prestígio que ainda gozam, “não se aplicam a mais de uma área limitada da investigação científica em termos globais”. Eles atribuem esse fato à industrialização e comercialização da ciência numa economia mercadológica, onde o crescente vínculo entre ciência e comércio mundial, bem como “a saturação tecnocientífica dos bens econômicos”, passaram a configurar-se como objetivo para os Estados, entidades políticas, instituições de ensino superior, “como também uma necessidade premente para aumentar a riqueza das nações num mundo

de concorrência global cada vez mais extensa, abrangente e acelerada”. Concluem que a ciência “seria não só geradora de conhecimentos de aplicação técnica potencial, como também orientada crescentemente para e pelo mercado” (p. 18-19).

CONCLUSÕES

A partir do exposto, conclui-se que apesar das primeiras iniciativas para controle e divulgação das teses e dissertações terem iniciado em 1960, após a institucionalização da pós-graduação no Brasil, o primeiro ato normativo a tratar do assunto foi a Portaria nº13, de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES, instituída aproximadamente 45 anos depois, que determina a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos cursos de pós-graduação reconhecidos.

Ainda sobre a Portaria n. 13, principal ato normativo que regulamenta a divulgação de teses e dissertações, destaca-se o artigo 5º, que torna obrigatória a divulgação de teses e dissertações financiadas com verba pública, seja através de bolsa ou de auxílio concedido ao programa de pós-graduação, no entanto, a portaria não explicita como deve ser realizada a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso. Conforme o exposto na seção 3, com a crescente relação entre ciência e economia, observou-se o aumento das teses e dissertações sob embargo por apresentarem segredo industrial e/ou comercial.

Apesar da importância da divulgação e acesso às informações científico-tecnológicas, observa-se que a realização desses processos enfrentam dificuldades. Essas dificuldades devem-se, em grande parte, a nova lógica que rege o fazer científico. Na atualidade, a ciência abandonou sua lógica clássica, de ciência desinteressada, passando a articular-se com a indústria e o comércio, seguindo uma lógica de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria do R. G. (2000). *Literatura cinzenta: teoria e prática*. São Luiz, MA : Edições Universidade Federal do Maranhão.

BAUMGARTEN, Maíra. (2004, abril). Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação. *Revista Política e Sociedade*. Florianópolis, SC, 3(4), 97-136. Recuperado em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2003/1750>>.

BRASIL. Arquivo Nacional. (2011). *Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES*. Recuperado em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/ifes_codigo_e_tabela_temporalidade/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinao.pdf>.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2006, dezembro). *Portaria n. 13*. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Recuperado em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. (2013, dezembro). *Portaria n. 1.261*. Recuperado em: <http://www.pra.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/portaria_1261_2013.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. (1983). O campo científico. In ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, SP : Ática. Recuperado em: <<http://www.cetkinformatica.com.br/DOWNLOADS/O-Campo-Cient%C3%Adfico-Pierre-Bourdieu.pdf>>.

BOURDIEU, Pierre. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo, SP : Editora da Universidade Estadual Paulista.

CAMPELLO, Bernadete S.; CALDEIRA, Paulo da T. (1977, setembro). Controle de teses no Brasil. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. Belo Horizonte, MG, 6(2), 196-204. Recuperado em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001897&dd1=48138>>.

CAMPELLO, Bernadete S. (2000). Teses e Dissertações. In CAMPELLO, Bernadete S.; CEDON, Beatriz V.; KREMER, Janete M. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte, MG : Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.

GARCIA, José L.& MARTINS, Hermínio. (2008). O ethos da ciência e as suas transformações contemporâneas, com especial atenção sobre a biotecnologia. In CABRAL, Manuel V. *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa : Imprensa das Ciências Sociais. Recuperado em: <<http://www.scientiaestudia.org.br/pt2007/o%20ethos%20a%20ciencia.pdf>>.

IBICT. (2009). *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*: a BDTD. Recuperado em: <<http://bdttd.ibict.br/pt/a-bdttd.html>>.

LANDER, Edgardo. (2006). La ciencia neoliberal. In CECENÑA, Ana E. *Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires : CLACSO. Recuperado em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/cece/Edgardo%20Lander.pdf>>.